

Ata n.º 2_plenária_CC EMPIS

Conselho Consultivo da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social 2030

2ª reunião plenária

17.07.2026

1. Agenda da Reunião

No dia 17.07.2026, entre as 9:30h e as 13:00h, realizou-se, nas instalações da FIDELIDADE, na Rua Alexandre Herculano, n.º 53, em Lisboa, com a presença de 50 Conselheiros (lista em anexo), a segunda reunião plenária do Conselho Consultivo da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social 2030 (CC EMPIS) com a seguinte Agenda prevista:

- 09:30 Receção e *coffee break*
- 10:00 Boas-vindas | **Jorge Magalhães Correia**, Chairman, Fidelidade
- 10:05 Abertura | **Clara Marques Mendes**, Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão
- 10:15 Enquadramento do Conselho Consultivo | **Filipe Almeida**, Presidente, EMPIS
- 10:45 Apresentação dos Membros do Conselho Consultivo
- 11:15 Plano de trabalho, objetivos e resultados pretendidos pelo Conselho Consultivo
 - António Miguel**, Managing Partner, Maze Impact
 - Carlos Azevedo**, Adjunct Professor, Universidade Católica Portuguesa
- 11:45 Progresso da Agenda para o Impacto 2030, Sessão interativa
 - António Miguel**, Managing Partner na Maze Impact
 - Carlos Azevedo**, Adjunct Professor, Universidade Católica Portuguesa
- 12:30 Questões finais e encerramento
- 12:45 Network e coffee break

2. Abertura da Reunião

Na sua intervenção de boas-vindas, Jorge Magalhães Correia, Presidente do Conselho de Administração da Fidelidade, sublinhou que as empresas com dimensão e propósito já não podem limitar a sua atuação à satisfação de clientes, devendo operar à escala da sociedade e da comunidade. Destacou o trabalho da EMPIS e felicitou os sucessivos governos por terem apoiado a iniciativa de forma consistente, independentemente da sua base ideológica ou programática. Referiu a experiência de quase dez anos do Prémio Fidelidade Comunidade, com apoio direto a mais de 80 instituições, e enquadrou a inovação social como um processo de aprendizagem ainda em curso, que procura soluções novas para problemas antigos aos quais os modelos tradicionais não respondem. Destacou a aprendizagem de "dar melhor" em vez de "dar mais": transformar cada euro investido em impacto mais duradouro e sustentável.

Para abrir a reunião, Clara Marques Mendes, Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, deu nota da energia e motivação que se sentiam na sala e sublinhou a relevância deste Conselho Consultivo. Referiu que a matéria é tutelada por si e pela Secretaria de Estado da Coesão, em articulação estreita com a EMPIS, não só para discutir os desafios da sociedade, mas para perceber o impacto dos projetos apoiados e assim informar políticas públicas com base no trabalho da estrutura de missão. Identificou o desafio demográfico, nomeadamente a baixa natalidade e o envelhecimento da população, como prioridade central do Governo, sublinhando que a longevidade acrescida nem sempre é acompanhada de qualidade de vida correspondente. Defendeu que o Estado deve adaptar as respostas às necessidades reais das pessoas, e não o inverso, referindo que a Segurança Social tem procurado deixar de recusar projetos apenas por não se enquadrarem nas tipologias existentes. Anunciou ainda a preparação de uma Estratégia da Longevidade, transversal a todas as áreas governativas, com início previsto para 2027. Fechou a intervenção reiterando a vontade de intensificar a proximidade com a EMPIS a partir dos contributos deste Conselho, assinalando como positiva a crescente consciência social das empresas e manifestando satisfação com o arranque desta primeira reunião plenária.

3. Portugal Inovação Social: Balanço e instrumentos

Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, apresentou um balanço da iniciativa desde a sua criação, em dezembro de 2014, assente em dois objetivos que se mantêm: promover a experimentação de soluções inovadoras para problemas sociais e desenvolver o investimento social, atraindo cofinanciadores públicos e privados.

No ciclo Portugal 2020 foram aprovados 698 projetos, com cerca de 101M€ de fundos europeus e 51M€ de investimento social, envolvendo 877 investidores. No ciclo atual, Portugal 2030, o financiamento foi territorializado e assegurado integralmente pelos Programas Regionais das cinco Regiões (Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030). Até à data foram aprovados 510 projetos, de um total de 1.094 candidaturas recebidas, apresentando uma taxa de aprovação de cerca de 50%, com 77 ainda em análise. O montante da dotação total, sob gestão direta da EMPIS, para a inovação social é de 100.480.392€ no conjunto das cinco Regiões, dos quais cerca de 96M€ já estão comprometidos (95,4%), e a execução financeira ronda os 21M€ pagos às organizações (22,6% do financiamento atribuído aos projetos aprovados).

Filipe Almeida descreveu os cinco instrumentos de financiamento no âmbito do Portugal 2030: a Capacitação para a Inovação Social, financiada a 100% em lógica de consultoria de capacitação; as Parcerias para a Inovação Social, com 80% de fundos europeus e 20% de investidores sociais, e que reúnem o maior número de projetos aprovados (415); os Centros para o Empreendedorismo de Impacto,

destinado a financiar incubadoras de inovação social, com o mesmo modelo de financiamento 80/20 e com 40 incubadoras já aprovadas; os Títulos de Impacto Social, com pagamento per capita mediante impacto comprovado e validado pela administração pública; e os Contratos de Impacto Social, novo instrumento previsto para o último trimestre de 2026, com pagamento baseado na poupança de despesa pública gerada, atualmente em fase final de negociação com a Comissão Europeia.

Apresentou também a plataforma OneValue, que sistematiza o investimento público per capita em diferentes políticas sociais e serve de base de cálculo para os Contratos de Impacto Social. Cerca de 60% dos valores nela disponíveis são públicos, e os restantes 40% foram levantados em articulação com a administração pública.

Do ponto de vista internacional, referiu o reconhecimento de Portugal como caso de referência num relatório recente da OCDE (*"Starting, Scaling, Sustaining Social Innovation"*, junho de 2025), a inspiração que a Agenda para o Impacto 2030, com 14 recomendações resultantes do primeiro Conselho Consultivo, coordenado pela Fundação Calouste Gulbenkian, deu à Estratégia Nacional alemã para a Inovação Social, e a criação, em 2023, do *Government Council for Social Innovation*, rede internacional de gestores públicos e membros de Governo com mais 60 países ativos de todos os continentes, onde Portugal mantém desde o início um lugar de destaque. Mencionou ainda os consórcios europeus em curso: o *Social Innovation Mission Facility* (com parceiros da Áustria, Alemanha, Países Baixos, Reino Unido e a rede Impact Hub presente em outros países europeus); e o consórcio BIRDS (com França, Espanha e Suécia), no âmbito do qual Portugal se comprometeu perante a Comissão Europeia a apresentar um plano de ação para a próxima década, resultante do trabalho deste Conselho Consultivo.

4. Mandato, composição e modelo de *governance* do Conselho Consultivo

Filipe Almeida apresentou a composição do Conselho Consultivo, esclarecendo que é formado por 61 membros: 17 membros obrigatórios por regulamento, cujo lugar decorre diretamente da resolução que criou a EMPIS (áreas governativas, CASES, Confederação Portuguesa da Economia Social e as cinco CCDDR); 44 membros de entidades que foram convidadas e confirmaram a sua participação (academia, administração pública, economia social, consultores e juristas); e 7 empreendedores sociais convidados a título individual, por decisão de dar também voz a pessoas singulares e não apenas a entidades.

Explicou que o Conselho Consultivo terá um mandato específico, decorrente da Cláusula 3ª do respetivo Regulamento, e que se desdobra em dois eixos concretos: contribuir para uma análise crítica do progresso da Agenda para o Impacto 2030 e a co-construção de uma nova Agenda para o Impacto 2040. Reiterou que a coordenação operacional dos trabalhos, incluindo a condução das reuniões e a produção documental, foi atribuída à Maze, por um período de, pelo menos, um ano, e passou a palavra a António Miguel, *Managing Partner* da Maze.

António Miguel e Carlos Azevedo, Professor da Universidade Católica Portuguesa e parceiro da Maze na coordenação do projeto, apresentaram o modelo de *governance* e os mecanismos de participação previstos para os 12 meses de trabalho:

- 3 reuniões plenárias (a atual a 17 de julho de 2026; 10 de dezembro de 2026 e 22 de abril de 2027, com locais a definir),

- 4 sessões online de grupos de trabalho temáticos (Relatório de Progresso, a 30 de julho de 2026; Setor Público, a 24 de setembro de 2026; Investidores Sociais, a 22 de outubro de 2026; e Academia/Empreendedores, a 19 de novembro de 2026)
- Reuniões individuais disponíveis a pedido
- Canal de contacto direto com a equipa coordenadora

Indicaram que toda a informação relevante, incluindo regulamento, lista de membros, calendário e atas, está disponível em www.ccempis2030.com, e anunciaram os quatro entregáveis finais do processo: o Relatório de Progresso da Agenda 2030, a nova Agenda para o Impacto 2040, um Guia Prático para Investidores Sociais e um Programa de Formação sobre Contratualização por Resultados.

Ficou também esclarecido que a participação nos grupos de trabalho não é exclusiva: qualquer membro pode participar numa sessão fora do seu grupo de alocação inicial mediante pedido à organização, e que os convites para as sessões seriam enviados para os e-mails dos conselheiros. Foi ainda pedido que algum membro do Conselho se disponibilizasse para acolher a segunda ou terceira reunião plenária, tendo havido uma manifestação de interesse nesse sentido durante a sessão.

5. Expectativas dos conselheiros

Seguiu-se um momento de apresentação dos conselheiros, em que os participantes indicaram o seu nome e a entidade que representam, e partilharam expectativas para o trabalho dos próximos 12 meses, agrupáveis nos seguintes temas:

Territorialidade e proximidade

Foi mencionada a necessidade de reforçar a presença nos territórios rurais e do interior, com maior validação da micro inovação social e envolvimento mais ativo das juntas de freguesia e das associações de desenvolvimento local.

Colaboração entre investidores

Foi feito um apelo a formas de trabalho mais articuladas entre empresas, fundações e municípios, para gerar impacto mais escalável, superando a atual lógica de parcerias pontuais e pouco planeadas.

Continuidade e escala política

Foi sublinhado que a transformação social exige continuidade entre ciclos políticos, e que a agenda deve procurar não apenas mais projetos territoriais, mas exemplos com escala suficiente para se tornarem, eles próprios, política pública.

Transição de projetos para política pública

Foi identificada como barreira central o facto de entidades públicas reconhecerem o valor de projetos bem-sucedidos sem, no entanto, disporem de mecanismo ou financiamento para os internalizar como política pública. Foi proposto, em concreto, mapear projetos já testados e validados no terreno que possam ser diretamente assumidos pelo Estado, e não apenas escalados.

Instrumentos financeiros e ciclo de vida dos projetos

Foi pedido que os instrumentos se adaptem às diferentes fases de maturidade dos projetos, em vez de obrigar os promotores a adaptarem-se aos instrumentos existentes, e que se reflita sobre cenários alternativos de financiamento, tendo em conta a expectativa de redução dos fundos comunitários nos próximos ciclos.

Ambiente sociopolítico

Foi proposto que o Conselho reflita também sobre as condições sociopolíticas que permitem à agenda operacionalizar-se, e não apenas sobre o seu conteúdo técnico.

Academia e tecnologia

Foi identificado o desafio tecnológico, nomeadamente da inteligência artificial, como dimensão a incluir na Agenda 2040, com relevância direta para os métodos de ensino e avaliação e para a relação entre a academia e o território.

Evidência científica e pensamento sistémico

Foi defendida uma maior articulação entre conhecimento científico e teórico e a prática no terreno, com exemplos de trabalhos que compararam princípios teóricos com a experiência real de organizações, e de metodologias de pensamento sistémico aplicadas a perceber que variáveis desbloqueiam mais eficazmente determinados problemas sociais - e se os projetos financiados estão, de facto, a atuar sobre essas variáveis.

Custo humano da execução

Foi manifestada preocupação com o custo, para os promotores e para as suas equipas, de reportar e articular com múltiplas entidades financiadoras, e lançado o desafio de desenhar a próxima agenda com o menor custo possível para quem a executa no terreno.

6. Perceção dos conselheiros sobre o progresso da Agenda 2030

António Miguel e Carlos Azevedo conduziram uma votação anónima e em tempo real, através de Mentimeter, para recolher a perceção dos conselheiros quanto ao grau de cumprimento de algumas das 14 recomendações da Agenda para o Impacto 2030. Esclareceram que não seria possível percorrer todas as recomendações no tempo disponível, pelo que tinham selecionado previamente as que consideravam mais relevantes para debate nesta fase, ficando as restantes reservadas para os grupos de trabalho temáticos.

Cada pergunta foi colocada individualmente, com a mesma escala de resposta (sem informação / nenhum progresso / algum progresso / muito progresso / cumprido na totalidade), com os resultados projetados e discutidos em tempo real logo após cada votação. Foi explicitamente enquadrado como um exercício preliminar, uma amostra do que seria aprofundado com mais tempo e detalhe na sessão do grupo de trabalho sobre o Relatório de Progresso, a 30 de julho de 2026.

RECOMENDAÇÃO 1.2 Promover parcerias potenciadoras de desenvolvimento local e regional

74% dos participantes considerou ter havido algum ou muito progresso (38% e 36%, respetivamente), com os dois extremos empatados a 4% ("nenhum progresso" e "cumprida na totalidade"); 19% não dispunha de informação suficiente. Foi assinalado que a criação de parcerias continua a partir sobretudo das empresas, e não de um esforço estratégico e pré-planeado por parte da Portugal Inovação Social (PIS), com um exemplo positivo de dinâmica local mencionado em Cascais, ainda não replicado de forma equivalente noutras zonas do país. Ficou identificado como prioridade para o próximo ano reforçar esse esforço a partir da própria PIS. Foi ainda assinalado, a título de enquadramento, que se esta pergunta tivesse sido feita em 2022 as respostas estariam significativamente mais distantes do progresso reconhecido hoje.

RECOMENDAÇÃO 3.2 Definir e implementar a abordagem mais adequada para as empresas sociais em Portugal

A resposta dominante foi "não houve qualquer progresso" (43%), seguida de "não tenho informação"

(33%); apenas 22% reconheceu algum progresso e 2% muito progresso. Foi indicado que houve pouca evolução no último ano, mas que a CASES e a EPSO já realizaram um trabalho comparativo dos estatutos de empresa social adotados noutros países europeus e desenvolveram uma proposta nesse sentido, atualmente retomada e novamente na mesa da Secretaria de Estado. Foi sugerido que o ambiente sociopolítico deve ser tratado como peça central para viabilizar progressos futuros neste tema. Foi ainda partilhado, com sensibilidade, que existiram no passado ameaças pessoais a membros de um grupo de trabalho dedicado a esta matéria.

RECOMENDAÇÃO 4.2 Assegurar a continuidade dos projetos de inovação social em caso de sucesso

"Houve algum progresso" foi a resposta claramente dominante (58%), com 28% a considerar que não houve qualquer progresso e apenas 4% a reconhecer muito progresso. Foi identificada como barreira central o facto de entidades públicas reconhecerem o valor de projetos bem-sucedidos sem, no entanto, disporem de mecanismo ou financiamento para os escalar ou internalizar como política pública - foi dado como exemplo um projeto na área da educação, elogiado por um dirigente público mas sem via de expansão. Foi assinalado que os atuais instrumentos financeiros representam também uma estratégia de redução da dependência dos fundos europeus.

RECOMENDAÇÃO 5.1 Criar novos instrumentos financeiros adequados às necessidades dos promotores de IIES

57% dos participantes consideraram ter havido algum progresso e 20% muito progresso; 14% não dispunha de informação suficiente. Foi identificado um desajuste dos instrumentos face a iniciativas em fase muito inicial, incluindo promotores sem figura jurídica constituída, e a perceção de que os projetos financiados tendem a repetir-se, faltando espaço para propostas mais disruptivas. Foi manifestada uma posição crítica quanto ao custo, para os empreendedores e para as suas organizações, de sustentar estes processos, com apelo a que a estratégia de implementação seja desenhada em conjunto com quem está no terreno.

RECOMENDAÇÃO 5.2 Reforçar os esforços de divulgação de forma a aumentar o número de investidores sociais

Cerca de um quarto dos participantes (27%) não dispunha de informação para responder; ainda assim, 51% reconheceu algum progresso e 14% muito progresso. Foi dado como exemplo positivo o papel de proximidade que uma grande empresa mantém junto de conselhos locais em mais de 60 territórios, embora as oportunidades de parceria continuem a surgir sobretudo por via informal e raramente em consórcio com outras empresas do mesmo território.

7. Encerramento

Filipe Almeida encerrou a reunião com duas notas: sublinhou que ter um Conselho Consultivo com esta diversidade e nível de representação é uma singularidade portuguesa, sem paralelo direto na Europa, manifestando confiança de que o contributo de todos permitirá construir uma agenda robusta com influência que ultrapassa as fronteiras nacionais, e reiterou o seu compromisso pessoal em continuar a insistir no tema do estatuto de empresa social.

Ficaram agendadas as quatro sessões dos grupos de trabalho temáticos, com coordenação da Maze. Ficaram também confirmadas as datas da 2.ª Reunião Plenária, a 10 de dezembro de 2026, e da 3.ª Reunião Plenária, a 22 de abril de 2027, com o local de ambas ainda por definir.

A sessão terminou com um registo fotográfico de grupo.

LISTA DE PRESENÇAS

CONSELHEIROS

1	Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I.P.)	Vera Igreja Barracho
2	Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)	Patrícia Borges
3	ALENTEJO 2030	Aníbal Reis Costa
4	Alexandra Machado	
5	ALGARVE 2030	Patricia Neto Martins
6	Associação Nacional de Freguesias	Paulo Ramos de Carvalho
7	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Alexandre Favaio
8	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR)	Célia Pereira
9	Banco BPI Fundação la Caixa	José Pena do Amaral
10	Banco Montepio	Paulo Amorim
11	BCSD Portugal	Rita Nabeiro
12	Bernardo Gonçalves	
13	Caixa Geral de Depósitos	António Farinha Moraes
14	Católica Lisbon School of Business & Economics	Filipe Santos
15	CENTRO 2030	Jorge Brandão
16	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)	Joana Marteleira
17	Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES)	Fernando Amaro
18	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)	Paula Correia
19	CUF	Mariana Ribeiro Ferreira
20	Direção Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP)	Orlando Carvalho
21	Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ)	Susana Videira
22	Elena Duran	
23	Federação Minha Terra	Jorge Rodrigues
24	Fidelidade	Jorge Magalhães Correia
25	Fundação Ageas	João Machado
26	Fundação Calouste Gulbenkian	Luís Jerónimo
27	Fundação EDP	Vanda Martins
28	Fundação GALP	Sandra Aparício
29	Fundação Manuel António da Mota	Rui Pedroto
30	Fundação Mendes Gonçalves	Tiago Pereira
31	Fundação Santander	Inês Rocha Gouveia
		Daniela Afonso
		Rita Lucena
32	GRACE – Associação Empresas Responsáveis	Teresa Themudo
33	Instituto de Segurança Social (ISS)	Pedro Vaz de Carvalho
34	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	José Paulo Luís
35	Instituto Politécnico de Portalegre	Fernando Rebola

36	IRIS	Liliana Ribeiro
37	Joana Moreira	
38	Leadership for Impact Knowledge Center	Joana Castro e Costa
39	LISBOA 2030	Fernando José Morgado
40	Miguel Neiva	
41	NORTE 2030	Jorge Mendes
42	PLANAPP	Pedro Saraiva
43	PLMJ	Bruno Ferreira
44	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Nuno Comando
45	Sonae/Missão Continente	Nádia Reis
46	The Equator Company	Marta Vian Santos
47	UNG-MFEEE (EEA Grants)	João Figueiredo
48	União das Mutualidades Portuguesas	Edgar José Vilares Diogo
49	Universidade do Minho	Carlos Videira
50	Vieira de Almeida (VdA)	Inês Caeiro

EMPIS

- **Filipe Almeida** – Presidente
- **Marta Albuquerque** – Vice-Presidente
- **Marco Costa** – Secretário Técnico
- **Helena Loureiro** – Coordenadora da Equipa de Ativação do Ecosistema
- **Manuela Paixão** – Secretariado

MAZE

- **António Miguel** – Managing Partner
- **Margarida Anselmo** – Partner
- **Carlos Azevedo** – parceiro da Maze

OBSERVADORES

Estiveram ainda presentes, na qualidade de observadoras:

- **Sandra Santos** – Gabinete da Secretaria de Estado da Ação Social e Inclusão
- **Carolina Arenga** – Gabinete da Secretaria de Estado da Ação Social e Inclusão